

Para o Estudo da Dinâmica da Fala em uma Capital do Nordeste Brasileiro

(CONTINUAÇÃO)

FLORIVAL SERAINE

(da Associação Brasileira de Lingüística)

3. Passemos agora a outro fato registrado no falar cearense de Fortaleza, que apresenta aspectos semelhantes quanto à verificação de normas.

De referência ao grafema **caboclinho**, diminutivo de **caboclo** (pessoa de cor acobreada e cabelos corridos, em geral das classes humildes) a norma culta local (Fortaleza) e regional (Ceará) prescreve o uso do mesmo, tendo aí o emissor e o receptor da mensagem, em sua codificação semântica, o significado que apresentamos. Entretanto, a pronúncia correta do termo é **kabôkiu** (i tilado), por vezes **Kabôkim** na fala coloquial e familiar. **Kabukim** pode surgir esporadicamente, em tom jocoso e conotação de pronúncia rural ou incorreta.

Na norma inculta ou vulgar registra-se a forma **cabocolinho**, pronunciada geralmente **Kabôkulim**.

Para o culto cearense esta pronúncia traz conotação sintomática de incorreção, como devem trazer para os indivíduos cultos de outras áreas linguísticas brasileiras as pronúncias cultas cearenses **Kabôkiu** (i tilado) e **Kabôkim**. Em geral, a pronúncia do paraense, do carioca e outros sudestinos é **Kabôklinhu** e coincide com a de norma preceptiva.

Para o cearense culto traz ela uma conotação sintomática de correção, podendo ser imitada fora do colóquio normal na oratória solene ou quando procura "falar bem".

Há, porém, duas situações em que a norma culta, no Ceará, admite na fala coloquial ou familiar o uso da forma **cabocolinho**, pronunciada **kabôkulim**, que traz conotação

sintomática de incorreção em outras circunstâncias de fala, com a suarabácti na palavra **caboclinho**. É quando o termo se aplica a um pássaro de cor acobreada (*Sporophila nigrou-rantia*) da família dos Fringílídeos, bastante estimado pelo povo devido ao seu canto agradável; e aos personagens de certo folguedo popular de interesse folclórico. (21) Nessas situações a “rotulação de aplicabilidade” na norma culta, não recebe timbre ou matiz afetivo (jocoso, irônico), indicador de inferioridade na ordenação diastrática.

Citamos outro caso — a nosso ver — digno de análise sob o conceito de normas aqui registado.

As falas inculta e culta, em Fortaleza, usam “normalmente” a palavra **bolinho** como diminutivo de **bolo** (massa de farinha, açúcar e outros ingredientes, geralmente redonda e cozida ou frita).

A pronúncia culta local e regional pode ser **bôlfu** (i tilado) ou **bôlím**, esta última principalmente na fala coloquial, descuidada.

A pronúncia inculta ou vulgar é geralmente **bôlím**. Nunca, porém, no Ceará, a “norma sociolinguística” local ou a regional registrarão a pronúncia **bôlínhu**, como ocorre em Belém, Rio de Janeiro e outras cidades brasileiras, em coincidência com a norma preceptiva.

Ao procurar “falar bem” o culto usará a pronúncia recomendada pela “norma acadêmica”, tem, pois, consciência da incorreção da sua pronúncia normal no colóquio diário e, assim mesmo, tida como correta na região onde vive.

Pois bem, a pesar das normas local e regional, tanto cultas como incultas, no Ceará, prescreverem o uso na fala natural das pronúncias **bôlim** (i tilado), e **bôlim**, há uma situação em que a forma em apreço é pronunciada **buliu** (i tilado) e **bulim**, especialmente da segunda maneira. É quando ocorre particularização (ou extensão?) do sentido do termo, que passa a designar uma espécie de biscoito, arredondado e pequeno, feito de goma de mandioca e açúcar, assaz apreciado pelo povo, que o fabrica em casa ou o adqui-

re nas ruas de Fortaleza, dos vendedores ambulantes de bolos.

Pelo menos, no tocante à norma culta local (urbana, coloquial), a pronúncia **bulim** não coincide com a “rotulação sociolinguística” que se aplica ao signo **bolinho** (pequeno bolo em geral). Certamente, não se poderá afirmar que na mesma vislumbre o aludido falante uma conotação sintomática de incorreção, como relativamente à pronúncia **kabôkulím**, por exemplo.

Sabe-se que há regiões do País onde, em tais casos, a norma culta prescreve o uso, na fala corrente, do fonema |o| emitido à lusitana |u|.

Em verdade, os naturais de Portugal empregam, de ordinário, **bulínhu** com o significado de pequeno bolo, genericamente. Além disso, esse timbre da vogal |u| poderá ser ouvido de pessoas cultas oriundas do interior do Estado, de zonas que não sabemos precisar exatamente, pessoas essas que costumam dizer **adivugádu**, **sukôrru**, **bãdulêru**, **kúlíriu**, em desacordo com a norma culta de Fortaleza, que adota **adivògádu**, **sòkôrru**, **bandôlêru**, **Kòlíriu**, mas não tem propriamente como incorretas as pronúncias antes citadas, sentindo-as apenas como estranhas.

De qualquer modo, estaremos em face de um empréstimo, que deverá ser examinado não só diatópica, mas diastaticamente.

4 Volvamo-nos agora à análise, sob prisma idêntico, dos seguintes fatos lexicais, que se dão apenas nos níveis baixos, especialmente o rural — as formas **prikundia** e **maxavilça**, as quais na norma culta corresponderão fonicamente a **makiavèlici** e **ipòkondria**. Trata-se, sem dúvida, de dois elementos da linguagem oral inculta, que na “norma preceptiva” correspondem aos grafemas **maquiavelice** e **hipocondria**, os quais, nos léxicos brasileiros e portugueses, trazem os significados, respectivamente, de política desprovida de boa fé, procedimento astucioso, perfídia (conotando, entre os eruditos, a figura histórica de Maquiavel);

e de melancolia profunda, retraimento social, depressão nervosa.

Certamente, os cearenses possuidores de regular cultura conhecerão os significados dos termos aludidos, mas só os usarão na fala guindada ou científica, ou na linguagem solene dos discursos acadêmicos. Na fala comum, corrente ou familiar, passariam por pedantes, pretensiosos, afetados, se os empregassem. Observa-se, porém, que os dois termos da linguagem erudita que ficaram retidos na fala dos níveis inferiores das zonas rurais, embora sob formas corruptas, não possuem exatamente os significados que registam os dicionários da língua. Acusam matizes semânticos peculiares. **Pricundia** significa, para o inculto estado de tristeza, ou de melancolia, ocorrente nas crises de depressão nervosa, principalmente sofridas por mulheres na época catamenial ou em estado de menopausa. Quanto ao outro termo designa astúcia, manha, perversidade, entre os campônios.

Vê-se, pois, em face dos exemplos citados, que a análise sociolinguística não poderá dispensar, quando do confronto de normas, a incidência tanto sobre o significante como sobre o significado lexicais. Em ambos os casos teremos variações com aspectos muito curiosos, tanto sob um sentido — o fônico, como sob o outro — o semântico.

Em resumo, poderemos fixar os seguintes critérios para a quantificação, que se faz mistér nesses estudos lexicais: A) comparação entre o que se verifica nas normas cultas local e regional, e nas normas cultas, nacional e acadêmica ou preceptiva, tomando em consideração o significante (formas oral e gráfica); B) comparação entre os mesmos tipos de “normas sóciolinguísticas” no que tange ao significado (conteúdo semântico). Concluiremos que: a) podem surgir variantes no tipo A, embora o tipo B seja único; b) podem surgir simultaneamente variantes em ambos os tipos; c) podem surgir variantes apenas no tipo B; d) podem ser invariantes tipo A e tipo B.

5. Em face das ocorrências linguísticas próprias do falar cearense, ora apresentadas, concluímos que o enfoque psicolinguístico poderá levar-nos à explicação da gênese dos fenômenos.

Consideremos, pelo menos, os últimos exemplos como sendo “empréstimos” de uma camada social a outra, casos de relação entre linguagens diferentes na mesma comunidade, produto da interação social num meio arraigadamente “democrático” como o cearense, isto é, onde não se formaram barreiras muito acentuadas entre estratos sociais.,

Em verdade, ao passar da fala inculta à culta, registra-se modificação do sentido próprio do termo, ou mesmo *transfert métaphorique*, em que — no dizer de Marcel Cohen — a metáfora já não é mais sentida como figura. (22)

Mas o importante a acentuar é, em escala local ou mesmo regional, a transmissão à norma culta da própria forma com que são usados os termos na linguagem inculta ou em outra linguagem funcional que não a da norma culta local, forma esta, cuja pronúncia em outras circunstâncias de fala esta norma proscreeve, por lhe ser estranha ou por trazer “rotulação sintomática de incorreção”.

O fato apresentará implicações psicolinguísticas ou, quando nada, de interêsse semântico, ao ser buscada a sua explicação.

Bem o observou o autor acima citado, que faz a seguinte indagação: “Como os empréstimos se assimilam ao vocabulário da língua que os recebe?” E conclui: “Os diferentes graus desta assimilação não revelam somente a idade dos empréstimos, mas o grau de permeabilidade das linguagens em diferentes épocas e em face de certos elementos”. (23).

Parece-nos, pois, do maior interêsse, investigar sobre esse grau de “permeabilidade” em face de determinados elementos, vistos no tempo e no espaço, os quais no caso parecem ser de cunho psicossocial. Não é sem razão, portanto, que alguns autores modernos não hesitam em afir-

mar que talvez o mais notável desenvolvimento da Linguística, em nosso tempo, seja o fato de se ter ela estendido a áreas de estudo relacionados como a Psicolinguística e outras.

Muito interessantes, acerca da matéria são as opiniões de um J. Fictth, por exemplo, quando ao analisar o que se chama de “contexto da situação”, considera que “à medida que avançamos na vida temos de aprender nossas várias formas de linguagem em etapas, como condições de nossa incorporação em nossa organização social”. “Sugiro — escreve ele — “que as vozes não sejam inteiramente dissociadas do complexo social em que funcionam, e que, portanto, todos os textos das línguas modernas faladas sejam considerados como possuindo “a implicação da manifestação oral e sejam relacionados a participantes típicos em algum contexto de situação generalizado”. (24)

Nos casos de **bulím**, **Kabôkulim**, **lavãdêra** em oposição a **bôlíu**, (i tilado) ou **bôlim**, **kabôkiu** (i tilado) ou **Kabôkim**, **lavadêra**, respectivamente, observamos a relação entre duas formas da mesma língua, o que — para certos autores — não difere da relação entre duas formas de línguas diferentes, devendo dizer-se que, basicamente, “quando um falante possui dois registros e sabe quando fala um e fala o outro, é um indivíduo bilingue, sem que importe se os linguistas incluem esses dois registros no mesmo diassistema” (25). Em realidade, nos casos citados, trata-se de “empréstimos intradiassistemáticos”, ou de uma linguagem funcional a outra, no mesmo diassistema.

No empréstimo, olhado do ângulo interlinguístico, deparamos, em geral, com “linguagem adquirida conscientemente”. Só de forma esporádica poder-se-ia encontrar algum caso de aprendizagem originária, automática, inconsciente, a não ser quando as formas se acham abasileiradas, pertencendo já ao nosso diassistema, como **chute**, **croché**, **gilete**, **birô**, **futibol**, **madame**, **garçom**, **abajur**, **conhaque**, **champanhe**, **bife**, **rosbife**, **boné**, **chalé**, **bombom**, **ruge**,

batom, turista, marquise, pierrô, chatô, maionése, restorã, sutiã, butique, tualéte, buate, etc., etc.

Entretanto, no empréstimo intradiassistemático, ainda que atinente à linguagem recebida de nível inferior na ordenação diastrática, deverá ocorrer “linguagem aprendida”, transmitida no ambiente familiar ou social. Transmitida, como nos exemplos aludidos, de gerações a gerações, desde quando os signos, elaborados ante determinadas” circunstâncias de fala” ou “contextos de situação”, nos níveis socio-culturais de onde procedem, ainda eram recebidos com participação “afetiva” dos falantes cultos.

Nos fatos examinados entrariam então em jogo — segundo referimos inicialmente — fatores psicológicos, juízos de valor apreciativos, positivos, ligados “afetivamente” a motivações de ordem folclórica ou de sentido popular. Mister se faz, contudo, que se note estarmos diante de atos da fala (*parole*), que é, no caso, preciso distinguir da língua (*langue*), do sistema propriamente dito, em que a aprendizagem se exercerá no campo subjacente das estruturas paradigmáticas e sintogmáticas.

Evidentemente, a aprendizagem dos sistemas linguísticos não poderá ser a mesma cousa que a aprendizagem de **como devem ser usados** aludidos sistemas nos diferentes contextos de situação, tornando-se patente aqui a oposição entre aquilo a que J. B. Carroll, entre outros, distingue como **desempenho e competência**. (26)

“Um empréstimo comum, enquanto se acha definitivamente incorporado à língua recipiente, perde total ou parcialmente seu valor evocativo ou conotação evocativa, quer se trate de empréstimos intradiassistemáticos ou interdiassistemáticos. Não está sujeito a juízos de valor, que é o que caracteriza a norma sociolinguística” — escreve J. P. Rona. (27)

Assim ocorrerá, evidentemente. Mas numa visão global do problema, isto é, não só dentro da sincronia, mas no sentido pancrônico, torna-se mister sejam feitas as distin-

ções antes estabelecidas. Será escusado dizer que não estamos pensando aqui em algo que tenha a ver com a aquisição dos “esquemas conceptuais subjacentes”, das “regras inatas” mediante que o homem poderá construir a “gramática gerativa” da sua linguagem.

Dirigindo nossos interesses a outras metas menos profundas e menos ambiciosas, o que pretendemos fazer aqui são, **grosso modo**, os meios ou processos de que nos utilizamos, ou se acham ao nosso alcance, para realizar a linguagem, no plano do “desempenho” e, conseqüentemente, os tipos de linguagem deles decorrentes.

Consideramos assim: a) a linguagem que denominaremos de **construída**, aquela que resulta da tomada direta de contacto com a realidade vital, sujeita a juízos de valor teleológicos e a influências “afetivas”, possuidora de todos os indícios da atividade criadora; b) a linguagem aprendida, a que recebemos inconscientemente, que nos é transmitida no ambiente familiar e social desde a primeira infância; c) a linguagem adquirida, que se adquire conscientemente, depois da aprendizagem inicial, e que poderá tornar-se também, em seguida, inconsciente, automatizada, como a linguagem a que chamamos de **construída**.

A primeira poderá ocorrer em qualquer momento da vida e registrar-se-á apenas com relação a elementos da linguagem isolados da mesma forma que a linguagem **adquirida**.

Quanto à linguagem **aprendida**, a transmitida, essa, não se poderá referir apenas a elementos isolados, mas ao acervo linguístico da comunidade a que nos incorporamos, ao idioleto, que vamos progressivamente — com um caráter de continuidade que falta aos dois outros tipos de linguagem — reconstituindo e utilizando em nossos colóquios diários.

Portanto, quando objetivamos à quantificação para a análise linguística em determinado ambiente sócio-cultural, alvitramos ainda que seja um dos parâmetros essenciais

para os critérios estatísticos a modalidade psicolinguística da realização da linguagem, no plano da fala.

6. A “linguagem construída, elaborada imediatamente, ocorre, por via de regra, em planos que interessam à Semântica e à Morfologia, podendo, no entanto, ocorrer em outros setores lexicológicos ou gramaticais.

Formação de palavras (novas formas) e modificação de sentido dos termos (novos conceitos) — eis os âmbitos principais em que o falante poderá exercer a sua atividade criadora, efetuar as suas “inovações” sem se afastar, contudo, das possibilidades que lhe faculta o diassistema, o seu sistema linguístico, embora receba no ato de fala a influência dos contextos de situação e de fatores sócio-culturais.

Nos casos que estudamos ela deve não apenas ser apreciada na sincronia, mas, quando possível, ser investigada sob as perspectivas diacrônica, ou mesmo, pancrônica.

Não se trata aqui de novos significantes e/ou significados, constituídos de elementos emprestados de fora, quer diatópica, quer diastraticamente.

Dignas de interesse são, no caso, certas formas de **contaminação lexical**, verdadeiras criações, geradas de segmentos de palavras que se cruzam ou combinam para formar outro vocábulo, com sentido novo, embora associado ou conotado ao primitivo.

Exemplificamos com a combinação **chafé**, surgida por vezes no colóquio cearense, a qual resulta de adição ao signo **chá** da última sílaba da palavra **café**, possivelmente do mesmo campo semântico, e que é usada para significar café que, de tão fraco, mais parece **chá**, em tom depreciativo ou irônico.

No fato se manifesta, como em tantos outros, a atuação profunda do ambiente e da cultura regionais, sabendo-se que, nesta, o **chá** é bebida de doentes, pouco estimado entre o povo, enquanto o **café**, que ninguém aprecia fraco, goza da preferência geral.

O fato é de registo nos níveis culto e semiculto, especialmente, e sempre é acompanhado de ressonâncias afetivas.

Outro exemplo curioso — este da linguagem popular — é a formação **chipitrago**, em que uma onomatopéia **chipi** (**xípi**) funciona como prefixo, acrescentando ao sentido do termo (trago), as idéias de rapidez, violência ou jacto único. Percebe-se a conotação semântica com várias expressões, a exemplo de **tacada**, **bicada**, **trombada**, **lambada**, **lapada**, **bacamartada** e outras metáforas que indicam porção de aguardente bebida de uma só vez, pois, com sentido análogo ao de **chipitrago**. **Chipi**, a nosso ver, corresponde a uma onomatopéia, que já surpreendemos usada como interjeição, a imitar o som de uma **chibatada** ou **tacada** desferida agilmente.

Trata-se, evidentemente, de uma formação espontânea, um caso de composição por juxtaposição, em que o **determinado** (trago) é precedido pelo determinante (chipi). Vejamos outro caso, o vocábulo **chimão**, registado no interior do Estado, com a significação de “menino que olha insistentemente alguém que está a comer” (28). Psicologicamente, enxergamos na raiz do fenômeno o ato prático, gestual, carregado de afetividade, de enxotar (chi!) a mão... que se supõe esteja a aguardar uma oportunidade de se aproximar do prato de comida, fixado com tanta insistência; ou não demorará a ser aberta, num gesto bem comum no Ceará, de pedir, de esmolar um pouco de alimento... Assim sendo, trata-se de estranha formação popular, em que — como se apontou — entra um elemento (**xi**), por muitos considerado primitivo, rudimentar; e se verifica curiosa transferência de sentido: de um ato a pessoa, não a que execute esse ato ou o gesto, mas aquela a que o mesmo se destine, ao móvel desse ato. **Ximão** ou **chimão** deve ser palavra das zonas rurais, pois desconhecemos o seu emprego em Fortaleza e imediações. Não podemos afirmar que no sertão, tenha sido incorporada à lin-

guagem popular corrente, como o foi, sem dúvida, nesta capital a expressão **chipitrigo**.

Outro tipo de **linguagem construída** inicialmente, no meio cearense, é a atribuição, pelo povo de Fortaleza, de novo sentido ao termo **bochecha**, em determinadas circunstâncias de fala, quando surgem locuções como: “entrar de **bochecha** no cinema”, “pegar **bochecha** nos bondes”, as quais fora dessa cidade e circunvizinhanças ninguém tornará a ouvir, senão esporadicamente.

“Entrar de **bochecha** no cinema” corresponde a entrar em uma sessão cinematográfica, sem haver pago o ingresso, logrando o porteiro do estabelecimento. “Pegar **bochecha** nos bondes” equivalia a subir ao bonde para breve percurso, com o intuito de saltar do mesmo, logo que surgisse o cobrador, a buscar o pagamento da passagem.

Não podemos deixar de estabelecer relação entre os modos expressivos citados e um gesto, mais comum entre as nossas crianças, que consiste em voltar-se alguém para uma pessoa batendo com dois dedos da mão, geralmente o indicador e o médio, numa das **bochechas** infladas, gesto esse que traduz sentido correlato ao do cearensismo em apreço. Essa expressão gesticulada pode, aliás, em certos casos, ficar na simples intumescência da bochecha, sendo, porém, a mesma a atitude assumida pelo **mimeur** em face da outra pessoa.

Em artigo publicado há cerca de 20 anos, observávamos que, no caso, a “representação” do gesto aludido deve achar-se “associada” a dos atos mencionados, ocorrendo aquele tipo de “associação” que os psicólogos consideram **por experiência** ou **por contiguidade**. (29)

A verdade é que a forma expressiva oral como sentido novo é empregada pelo povo e não pertence apenas ao mundo daqueles que a criaram e inicialmente dela fizeram uso. O termo passou ao domínio da linguagem transmitida, automatizada pelo uso na localidade onde surgiu, não havendo hoje quem reconstitua as situações em que ele ad-

quiriu o conteúdo semântico associado ainda à circulação dos já esquecidos bondes de Fortaleza. Pensamos ainda em **linguagem construída**, sugerindo atividade criadora, no campo do argot, do calão, da gíria, em que, ao lado das mencionadas contaminações ou fusões de palavras, das formas onomatopaicas, podem apontar-se outros fatos, como abreviações, índice de economia fisiológica, mas eufêmicas aqui e ali, afixações sobre temas metafóricos, adaptações, aproximações, nem sempre fáceis de reconhecer etimologicamente na boca do povo. É um lugar ainda deveremos conceder àqueles casos em que se verificam associações implícitas de categoria sensorial, efeitos expressivos que podem decorrer da associação de uma percepção sensorial, casos em que, independente de qualquer sugestão exercida pelo significado, graças apenas ao seu próprio valor musical, brotam na linguagem do povo formas como **escalafobético, espilicute, manimolência, zuruó, bicó, estrovenga, fusquete, encalamechar** e outras.

“As associações implícitas — segundo considerava Bally — se carregam de afetividade quando a impressão sensorial brotada da ligação das mesmas ao significante, ou a representação imaginativa, surgida da ligação das ditas associações ao significado, concordam com o conteúdo emotivo do pensamento. Há, porém, os casos em que as associações de significante e significado podem funcionar simultaneamente e acumular-se na mesma expressão”. (30)

Destarte, no domínio do que se considera a **fonologia expressiva**, o homem poderá exercitar a sua atividade linguística empregando variados procedimentos, criadores de percepções acústicas, de cunho vivamente expressivo, através de formas que ele cria integralmente e de outras que altera com intenções eufêmicas ou de outra ordem afetiva.

Esse tipo de linguagem é mister que se note poderá tornar-se automatizada pelo uso e constituir posteriormente **linguagem transmitida**. A **linguagem adquirida** é aquela em que segundo V. Henry — a reflexão e a vontade desem-

penham o principal papel e que só atuará nos destinos de uma língua nos casos em que toma os caracteres da linguagem transmitida ou natural. (31) Refere-se ao que podemos, **grosso modo**, qualificar de **empréstimos**, procedentes de outras línguas, dialetos, falares, ou de “normas sociolinguísticas” diferentes, dentro do próprio diassistema. Podem ser tanto de ordem fônica, morfológica e sintática, como de ordem lexicológica ou semântica. Não obstante, podem tornar-se depois linguagem transmitida, passando a funcionar automaticamente (inconsciente ou semiconsciente), incorporadas já ao diassistema. Nos casos de **bulím**, **lavãdêra**, **kabôkulim**, “fatos de fala” que ocorrem em determinados níveis socioculturais, trazidos de outros níveis menos graduados na ordenação diastrática, nesses casos, numa perspectiva pancrônica, encontrar-se-ão duas espécies de linguagem: a) a construída metaforicamente no nível sociocultural inferior de onde provém, depois tornada linguagem transmitida dentro do mesmo nível de norma; b) a linguagem **adquirida** pela camada superior com a mesma forma e sentido com que era expressa no ambiente sociocultural onde surgiu, e que também depois vem a tornar-se linguagem **transmitida**.

Contudo, devemos tecer, a propósito, alguns esclarecimentos, produto da nossa observação frequente, **in loco**, dos fenômenos apontados.

Para os falantes cultos locais na elocução corrente, normal, a consciência do desvio da norma seria menos atuante (quase inexistente) em relação a **bulím** do que no tocante, à pronúncia dos outros termos, sendo, porém, mais atuante com respeito a **Kabôkulíu** (i tilado) do que a **lavãdêra**. Dificilmente algum cearense, na fala natural, mesmo sendo culto de verdade não pronunciará **bulím**, podendo, quando muito, ao designar a iguaria popular mencionada, substituir essa forma por **bulíu** (i tilado). Entretanto, podem surgir **lavãdêra** e **lavadêra** (esta com menos frequência) e **Kabôkulíu** e **Kabôkíu** (i tilado em ambas as formas)

no coloquio normal, emitidas por falantes cultos diferentes ou pelo mesmo falante em ocasiões diversas e até no mesmo colóquio para designar as aves e os personagens do folguedo popular, impregnados do sentido folk, origem dessa “espécie de sugestão de prestígio que se insinua subrepticamente”, no dizer de Charles Bally, quando trata das “pressões linguísticas” (32).

O importante a destacar aqui é que referida “sugestão”, de fundo popular e folclórico, atuando nos indivíduos cultos, embora procedente, no caso, de nível inferior sócio-culturalmente, refletirá a força das crenças primitivas, do mundo mágico e mítico que subsiste e ainda pode atuar na mentalidade do homem comum, de todas as classes sociais.

Vê-se, pois, como variam de apresentação os casos da espécie que analisamos, no que tange ao grau de consciência (semi-consciência ou inconsciência), em que se opera a recepção e a transmissão das mensagens linguísticas, com relação ao significado e ao significante vindos do meio inculto.

Passemos agora à “linguagem transmitida”. Mister se faz, antes de tudo que se estabeleça distinção entre a aquisição do “conjunto de estruturas e possibilidades” que, segundo Coseriu, constitui o sistema e a aquisição da norma que caracteriza o modo de falar do nível sociocultural a que pertencemos. É esta última que aqui nos interessa — a linguagem que recebemos inconscientemente com a cultura tradicional da sociedade a que nos vamos incorporando desde o ambiente familiar. Mediante o seu uso — dessa fala recebida, aprendida — vamos reconstituindo automaticamente os hábitos linguísticos do nosso grupo social e até mesmo do estrato social onde nos situamos. Esse tipo de linguagem inclui, evidentemente, a pronúncia, a gramática e o vocabulário típicos do nosso nível de norma sócio-linguística, na localidade ou região respectivas.

É óbvio — e isso já o fizemos notar páginas atrás — que não nos buscamos reportar àquela estrutura profunda, “sistema subjacente de regras gerativas”, que, no pensamento de Chomsky, é, determinada por “organização mental inata à espécie humana”, se bem que esta conclusão se torne difícil de contestar após os elucidativos trabalhos de E. H. Lennberg e outros. (33)

Parece-nos que a expressão “language socialization”, alvitrada por Cazden para designar a aquisição pela criança de todos os aspectos da competência comunicativa e não a aquisição da estrutura da linguagem, coincide com os nossos objetos de estudo. (33 a)

Como já se advertiu, são elementos da linguagem isolados da fala e não “o sistema interiorizado de regras gramaticais”, de valor geral, que, neste estudo, centralizam as nossas atenções, pois, além do seu poder de caracterização geográfica, refletem a norma do nível sociocultural a que nos incorporamos, nos primeiros anos de existência. Um cearense, que, na infância, pronuncie **xírca**, **vrídu**, **intônci**, **puliça**, **muyé**, está indicando ao falar, que estas foram as vozes a ele transmitidas pelos indivíduos incultos ou plebeus que constituem o seu âmbito familiar e social. Se, porém, determinada criança cearense pronuncia **vidru**, **intão** ou **então**, **puílicia**, **mulhé**, é porque aprendeu dos seus familiares a falar segundo a norma culta local. Não há possibilidade de ocorrer o contrário, embora as duas pronúncias sejam correntes na região e possam ser ouvidas dentro, às vezes, de um mesmo domicílio, respectivamente, de padrões cultos e serviçais analfabetos, a não ser que os infantes sejam entregues completamente ao convívio de amas sem instrução.

Pela escolaridade, a mudança de categoria social e de residência, o intercâmbio sociocultural continuado, esse tipo de linguagem, transmitido e imitado num automatismo inconsciente poderá ser modificado, tendo elementos seus substituídos por outros, da linguagem adquirida conscien-

temente. Esta, não obstante, poderá com a continuidade do seu uso, tornar-se linguagem automatizada.

7. Ao estabelecer o seu conceito de “norma sociolinguística”, José Pedro Rona considera que dita norma deriva seu valor de determinado ideal de língua, o qual não equivale a um ideal de língua, tomada esta expressão como “uma língua que serve como ideal em uma sociedade dada, e como língua tem sua própria estrutura, cujos elementos são inseparáveis uns dos outros”. “Uma norma constitui então parte simultaneamente de duas estruturas: uma estrutura interna, que é o ideal de língua, e uma estrutura externa ou sociolinguística, que pode abarcar mais de um tipo de linguagem”. (34)

A norma sociolinguística é uma unidade associada a cada elemento da linguagem, não à linguagem em seu conjunto. Observa ainda que o “fato de determinada linguagem ser considerada como ideal de língua não assegura que todos os seus elementos atuem como normas, ou ao menos não certifica que todos os seus elementos atuem como normas com a mesma intensidade ou o mesmo grau”. (34 a)

Para ele constituiriam normas sociolinguísticas os signos da linguagem culta local, aos quais se opõem os da língua inculta — “norma sociolinguística em sentido estrito”, a qual leva consigo uma conotação sintomática de correção.

Os signos da linguagem inculta, apresentando conotação de incorreção, não seriam normas, nem em sentido lato, nem estrito.

Norma em sentido lato, do ponto de vista diastrático, seria a referente àqueles elementos da linguagem que se dão em todos os níveis sociolinguísticos de um lugar, e não levam consigo conotação alguma sintomática de incorreção, como os signos da “norma acadêmica,” preceptiva ou assintótica.

Entretanto, supomos que, ao falar “do ideal de língua”, deve notar-se que ele terá de ser concebido ou percebido,

ainda que vagamente, por alguém que poderá ser: a) o falante culto local, ao usar com naturalidade o idioleto próprio; b) o mesmo falante, quando em momentos solenes de oratória ou, encontrando-se fora do ambiente familiar ou ocupacional, procura “falar bonito” ou “certo”; c) o indivíduo que, com ou sem propósitos científicos, compara determinados elementos da fala natural dos cultos, isto é, daqueles que se consideram como “falando certo”, com os mesmos signos na fala dos incultos ou vulgar.

A nosso juízo, de importância capital deverá ser para o conhecimento sociolinguístico, a investigação do “ideal de língua” no falante em uso da sua linguagem normal, sem cunho de artificialidade.

A “valoração” ou estimação, não só linguística mas cultural de uma localidade ou região, poderá ser vislumbrada através de grau maior ou menor de naturalidade com que o falante traduza esse “ideal de língua”, “falando bem” na conversação normal, no ambiente familiar e habitual, sem denotar qualquer esforço para “consertar a sua fala”, de acordo com modelos nacionais julgados superiores ou mais bonitos, ou segundo a norma preceptiva. Essa graduação poderá ir desde o caso citado, fruto de bem distribuída escolaridade, ou de nível cultural elevado, marcante na vida pretérita da *urbs* ou região em estudo; ao de localidades, onde embora não se houvesse registrado o mesmo grau de valores educativos no seio do povo, todavia ainda exerce atuação o respeito pelo “bem falar” e o medo das sanções sociais que se exercem sobre os falantes cultos, decorrentes de uma tradição cultural apreciável.

Então o aludido falante de posição superior na hierarquia social, na fala comum, só de raro em raro terá necessidade de agir conscientemente para corrigir um fonema de mau gosto, mudar uma expressão por outra mais eufônica ou cuidada ou evitar uma construção que se lhe afigure de acerto plebeu ou rural.

Haverá, por certo, gradações entre esses dois tipos, como entre o último e o que se verifica em Fortaleza e outras cidades brasileiras, principalmente na zona nordestina, em que os falantes cultos, de modo geral, não revelam preocupação com a sua linguagem oral, em falar segundo um “ideal de língua”, em termos de beleza, elegância ou correção elocutivas.

Apenas parecem eles transmitir automaticamente os elementos da linguagem que receberam no círculo familiar nos primeiros anos da infância e os que foram posteriormente adquirindo no convívio social com os habitantes da sua cidade, onde, aliás, os indivíduos de falar diferente do seu jamais chegaram a atuar significativamente.

Alguns exemplos poderão esclarecer o leitor, extraídos do colóquio normal, da fala natural de cearenses cultos: **tô fazendo** por estou fazendo; **dêdisê bêsta** por deixe de ser besta; **vô cumê** por vou comer; **tô nu pròpóis di li dizê** por estou no propósito de lhe dizer; **tá um calô** por está um calor; **eu vi ele** por eu o vi; **vô mimbora** por vou-me embora; **ábi a porta** por abre a porta; **kêdêêli** por que é dele; **vãmu kunvêçá** por vamos conversar; **quantuzômi** por quantos homens; **num kêru brigá cum vôcê** por não quero brigar com você.

Estas são formas elocutivas, correntes em Fortaleza, entre médicos, intelectuais, professores, quando falam com naturalidade, além de várias outras que discordam do que prescreve a norma acadêmica ou, mesmo, a norma culta nacional ou de outras regiões brasileiras.

Quer dizer que eles não aprendem ou possuem consciência de qualquer “ideal de língua” quando se expressam, isto é, transmitem as mensagens linguísticas segundo as codificações semântica, gramatical e fonológica que lhes são próprias.

A nosso juízo, torna-se indispensável aqui, para compreensão da ocorrência linguística, uma incursão pelos domínios do processo histórico regional, com atenção especial

para as condições demográficas e da miscigenação racial, bem assim para a instrução coletiva, o grau de escolaridade no passado. Informações interessantes e elucidativas nos fornece o naturalista Feijó no ano de 1814, sobre o Ceará. Diz ele que, à essa época, a população dessa “capitania” montava a 150.000 habitantes de todas as classes; chama a esta população de “diminuta e desfalecida” e fala “no atrasamento” da capitania, apesar de povoada há mais de 200 anos. Refere ainda, que os seus habitantes, “pela maior parte de péssima qualidade” ou são índios originários da região, ou cabras “provenientes dos índios com os negros, cuja raça indígena constitui o maior número dela”; outros, em diminuta parcela, são nascidos dos índios com os brancos, verdadeiros mamelucos, “porque há outra raça impropriamente assim chamada, proveniente da mistura de outras, digo, de todas as outras classes entre si”.

Por fim, regista em quantidade menor ainda os brancos, “oriundos de Portugal”. (35)

Baseados em elementos históricos, num trabalho divulgado em 1952, não vacilamos em escrever: “É mister acentuar que nunca apresentamos, provavelmente, um tom culto na linguagem falada, e que a tendência desta sempre foi para o vulgarismo. Reflexo do meio, que permaneceu inculto durante vários séculos, com a instrução pública, secundária e superior, bastante retardada, etc., etc.

Basta referir que só em 1845 foi instalado o Liceu do Ceará, primeiro estabelecimento oficial de educação secundária na então Província”. (38)

Seria bem difícil, pois, que sem uma estratificação cultural proporcionada por certo nível de instrução intelectual, através dos séculos, o homem culto cearense — a não ser em casos excepcionais que se não devem contar aqui — concebesse normalmente um “ideal de língua” que o fizesse preocupar-se com a correção ou a elegância da linguagem, ou mesmo de certos elementos da linguagem por ele usada com naturalidade.

Segundo já observamos anteriormente, o falante culto cearense poderá conscientemente corrigir pronúncias defeituosas ou modificar construções em desacordo com a norma acadêmica, em momentos solenes da oratória ou congêneres. O seu “ideal de língua” estaria, então, na aludida norma.

Pode também o falante cearense, ao se expressar na televisão, na estação de rádio ou no teatro, moldar a sua elocução pela norma culta carioca ou de outra localidade (sulista em geral), que supõe mais elegante ou menos rústica, no tocante a determinados elementos da linguagem: **dê** em vez de **di**; **paçarinhu** em lugar de **paçariú** (i tilado) ou **paçarim**; **ôrrível** por **òrriveu**; **êlêgânti** por **èlêgânti**; **pêrfúmi** em vez de **pèrfumi**; **janêiru** em lugar de **Jânêru**, **sêlêção** em vez de **sèlêção**, **Katôrzi** por **quatôzi**, **dizôitu** por **dêzôitu**, etc., etc.

Mas não serão muitos os que assim procedam. O falante cearense culto, mesmo erudito, quase nunca altera a sua fala normal, natural, mesmo em ocasiões solenes, da oratória acadêmica, e essa conduta nem de leve surpreende os ouvintes locais. Se alterá-la, de acordo com a norma acadêmica ou a culta sulista poderá, antes passar por afetado ou pedante, ou mesmo cair no ridículo se forçar demais, usando uma linguagem que é considerada artificial.

No caso do indivíduo que submete à análise elementos da linguagem local ou regional, poderá considerar, antes do mais, a oposição “norma sociolinguística” “vulgarismo”. Evidentemente, há elementos a exemplo do digrama **lh**, que servem para estabelecer a distinção no plano do “desempenho”, como nos casos de **bacalháu** e **bacayáu**, **trabalhá** e **trabayá**, **mulhé** e **muyé**, etc., etc. Elementos que nos parecem mais “marcados” do que outros, ao estabelecer essa distinção. Citamos ainda, nesse sentido, alguns metaplasmos da linguagem inculta face aos termos da fala culta correspondentes; **xírka** por **xíkra**; **pròguntá** por **pèrguntá**; **vrídu** por **vídru**; **pulíça** por **pulícia**, **dròbá** por **dòbrá**; **Kuziá**

(i tilado) por **Kuziá** (i tilado); **intônci** por **intão**; **fulô** por **flô**; **Kèlèmenti** por **Klèmènti**, **Rêimundu** por **Raimúndu**, etc., etc. Em outros domínios como o morfológico, encontramos os exemplos das flexões verbais: **nós vai** por **nós vamos**, **eles vai** por **eles vão**; da flexão e graduação nominais: **uma peixa** por **um peixe**; **mais grande** em vez de **maior**; **muito mais mió** por **muito melhor**; da flexão de certas palavras invariáveis: **menas gente** em lugar de **menos gente**; o uso de **mais** por **com** em **mais eu** (comigo), **mais nós** (conosco), **mais o João** (com o João ou em companhia do João) etc., etc.

A verdade é que se examinarmos, em face da norma acadêmica, a pronúncia culta dos cearenses veremos que ela não se distancia da inculta em grande número de solecismos e barbarismos, correntes na fala normal do colóquio descuidado.

No âmbito da sintaxe, efetivamente, tanto cultos como incultos empregam a próclise do pronome oblíquo átono no início das orações: **me dê o livro** (dê-me o livro); ênclise do pronome regime em oração de relativo (**espero que faça-me** em lugar de **espero que me faça**); o pronome **ele** em função objetiva direta como nos seguintes casos: **vi ele** (vi-o), **chamei ele** (chamei-o); a preposição **em** regendo o complemento em verbos de movimento (**vou na praça** em lugar de **vou à praça**), etc. Aliás essas ocorrências não são de registo apenas no Ceará, mas em todo o Brasil.

Da mesma forma que — salvo em determinados casos, que não constituem a maioria — o falante culto cearense não se expressa (com naturalidade) seguindo um ideal linguístico consciente, ou mesmo (já transmitido automaticamente) inconsciente ou semiconscientemente, o falante inculto, urbano ou rural, não percebe como ideal linguístico a norma culta local, regional ou qualquer outra. Ambos, de ordinário, falam normalmente — como já indicamos — de acordo com os padrões linguísticos do seu grupo social, com a norma linguística do seu nível sociocultural, no sentido de Coseriu. (37)

É, pois, de notar a relatividade do conceito de “norma sociolinguística”, segundo a compreensão de José Pedro Rona. Não apenas se examinarmos o problema do ponto de vista diatópico, mas também diastrático e diacrônico.

Vale a pena basear as nossas considerações examinando o que se processa em Fortaleza e no próprio Ceará, em que, para o falante culto, a linguagem usual não se tornou “norma” do seu grupo sob a influência de uma forte escolaridade ou/e de um intercâmbio sociocultural intenso, atuando no melhoramento linguístico, durante o curso histórico, mas onde o impacto da civilização e o intercâmbio sociocultural se desenvolveram bastante nos últimos anos, ao contrário do que antes sucedera.

Evidentemente, referimo-nos às “normas em sentido estrito”, isto é, aos signos que “levam consigo uma conotação sintomática de correção”. Aquelas que são consideradas “normas sociolinguísticas propriamente ditas”, porque existem outras: as normas acadêmicas ou preceptivas, “normas em sentido lato, no sentido de que não levam consigo qualquer conotação sintomática de incorreção” (Rona). Levam da parte de quem? Para quem levam? Se para os próprios falantes — como é mais razoável que se suponha (e não para quem aprecie ou analise o fato linguístico) tratar-se-á, no caso, de uma generalização, que poderá servir de ponto de partida ou eixo de investigações mais minuciosas, a respeito, no domínio da empiria.

A cidade de Fortaleza, capital do Estado do Ceará, possuindo atualmente cerca de 1 milhão de habitantes, dezenas de estabelecimentos de ensino primário e secundário, bem assim, duas Universidades, Academia de Letras, Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico, detentores de sólidos conceitos no meio intelectual brasileiro, além de várias outras instituições culturais, poderá servir de campo inicial para as nossas investigações. É claro que estas, em certa fase de sua execução, deverão ser levadas ao plano quantitativo, reclamarão, pelo menos, critérios estatísticos.

O objetivo central será de início, verificar se com o desenvolvimento cultural e do intercâmbio social, com outros centros da cultura nacional, já se vai instalando na mente dos integrantes dos níveis cultos um “ideal de língua”, nutrido pela correção e/ou elegância idiomáticas, procedentes de norma acadêmica ou das normas cultas de lugares vistos como mais civilizados ou adiantados culturalmente. Se por exemplo, em vez de **me dê o livro**, no início de oração ha quem diga naturalmente, sem esforço, **dê-me o livro**; se em lugar de **vi ele na rua** já surge quem prefira dizer **vi-o na rua**; se já existem pessoas cultas que pronunciam naturalmente o fonema | r | final das desinências verbais: **almoçar, beber, dormir, por** e não **almoçá, bebê, dormí e pô**, etc., etc. É possível que a investigação exercida com métodos verdadeiramente científicos e ajustada adequadamente aos seus objetivos nos proporcione algumas surpresas em relação àquilo que até hoje tem sido considerado o regular, o geral, na elocução culta cearense.

Sem dúvida, não devemos esquecer — como bem anota Lundberg — que o primeiro problema da investigação se encontra na seleção das pessoas, que “dependerá do grau em que esteja bem definido o objeto de nossa investigação e do grau em que as fontes de tal informação sejam plenamente conhecidas”.

O critério da “amostragem” acha-se, pois, subordinado à natureza dos dados observados e ao método empregado na solução dos mesmos. O método da “seleção intencionada” das amostras será, de princípio, o adotado, pois já se conhece algo do universo de que vamos selecionar u’a amostra, e o investigador poderá preferir escolher os grupos típicos pelo seu grau de representatividade. (38)

Para iniciar — de um lado: profissionais liberais de alto nível cultural, professores universitários, intelectuais de mérito, elementos das classes sociais mais elevadas de ambos os sexos e grupos etários diferente, em suma, a *élite* urbana, poderá fornecer as primeiras amostras selecionadas

por serem julgadas “representativas”. De outro lado: a juventude universitária ou de convívio familiar em nível educativo superior, etc., etc.

É sem vacilação que afirma o autor haver observado atualmente cearenses que já se expressam de acordo com “normas sociolinguísticas” que não são as tradicionais nesta região nordestina.

A graduação das normas aludidas poderá ser registrada na investigação quanto à frequência de determinados elementos da linguagem, dos quais alguns parecem nesse sentido, ser mais “marcados” do que outros.

Mediante a quantificação tentaremos captar o ritmo da mudança em face da estabilidade no plano linguístico, dentro de uma comunidade cujos grupos sociais estarão a sofrer modificações de nível cultural, em grau maior ou menor, no sentido diastrático, se tiver havido realmente elevação do padrão cultural da sociedade local em conjunto.

É o que nos cabe auscultar, procurar saber se as más condições elocutivas, transmitidas no ambiente familiar e social e automatizadas pelo uso, sofrem o impacto da linguagem adquirida conforme a norma acadêmica; em que estratos sociais se verifica esse impacto; se a atuação dele denota ser recente, ou não; em que elementos da língua poderá ser melhor observado ou registrado e em que grau de consciência ou automatização inconsciente já se verificará.

Quando falamos de elevação do padrão cultural da sociedade em conjunto é porque avaliamos a importância das sanções que se exercem, tácita ou declaradamente, sobre os falantes incultos nas comunidades que possuem uma tradição cultural de relevo e onde a escolaridade foi desenvolvida desde épocas remotas, podendo verificar-se o contrário quando esta foi ausente ou é escassa. Jamais esqueceremos o que nos foi dado observar em nossa mocidade já distante, aos primeiros contactos com sociedades do interior nordestino, sociedades ruralizadas, onde, na

sede municipal, até pessoas dotadas de certa instrução e posição social definida empregavam no colóquio vícios de linguagem, barbarismos fonéticos e morfológicos que, na Capital do Estado, só entre os analfabetos é permitido adotar. Depois de alguns anos de convívio em sociedades desse padrão cultural e linguístico acreditamos que determinado falante culto ou semiculto acabaria adotando na sua linguagem diária alguns daqueles barbarismos, mormente para fugir ao ar de estranheza ou mesmo de leve reprovação com que foram ou iam sendo recebidos os seus hábitos linguísticos, adquiridos no ambiente urbano.

Esse problema parece-nos digno de ser apreciado cuidadosamente — o das sanções sociais exercidas sobre os falantes, de acordo com o nível cultural da sociedade em que vivem ou a que se incorporaram. Portanto, não há como fugir à discussão quanto ao problema do “ideal linguístico” na conceituação da “norma sociolinguística”, o qual se acha sujeito à relatividade quando se busca comprová-lo empiricamente, nos diferentes contextos socioculturais.

Este problema prende-se, sem dúvida, àquele outro, do estabelecimento da “norma culta local” em relação com o nível social dos falantes, em comunidades do tipo de Fortaleza.

Há indivíduos que se podem considerar como falantes cultos, pois seguem integralmente a norma culta local. Certos elementos da língua, por eles usados na linguagem natural, distinguem-nos claramente dos falantes incultos.

Verifica-se, porém, a existência de pessoas pertencentes à classe média, ou mesmo aos estratos superiores econômica e socialmente que, embora não usem na linguagem corrente os mais conhecidos ou “marcados” vulgarismos, deixam escapar pronúncias como **quaji** por **quázi**, **tombém** por **também**, **múntu** por **muitu**, **êxi** por **êci**, **pandêló** por **pão di ló**; sintagmas como **menas jênti** por **menos gente**, **mau pessoa** por **má pessoa**, **boas família** por **boa família**,

além de outros que trazem indícios de influência rural na aprendizagem linguística, ou então de convívio demorado, ou nos primeiros anos de vida, em ambiente de fala inculta ou campônia. Não os poderemos, decerto, considerar como falantes perfeitamente incultos, sabendo-se que, por vezes, chegaram a terminar não só o curso primário, mas até prosseguiram nos estudos.

Não se deve, portanto, no Ceará, adotar o critério da posição ou nível social e até mesmo da instrução intelectual dos falantes, de modo absoluto, para definição do grau de cultura da linguagem falada na aludida região. Porque há **níveis de norma** que poderão ser considerados **intermediários** ou **semicultos**.

É bem interessante confrontarmos o que se acabou de considerar com as anotações de autores como Hans Kurath, a propósito da fala do que ele denomina a vasta classe média e o povo norte-americanos. Ainda que observe não serem os níveis sociais da fala tão bem definidos como na maior parte da Europa, não vacila em declarar que, nos Estados Unidos, uma classe média de cidadãos bem informados, graças a uma oportuna e satisfatória escolaridade, e à ausência de castas sociais marcadas, concorre para que se verifique relativa uniformidade de fala, de região para região, de um grupo social para outro. (39)

Contudo, não dispomos de elementos para assegurar se aludidas asserções correspondem exatamente à realidade empírica.

8. Buscaremos, em conclusão, resumir, tornando-os, porém, mais incisivos, alguns pontos que nos pareceram relevantes no curso de anteriores considerações.

Os níveis sociais de fala não se mostram suficientemente definidos na região cearense — dissemo-lo há pouco, não sem alguma fundamentação histórica — tornando-se um tanto difícil, por vezes, delimitar e estabelecer com clareza, em certos casos, a diferenciação entre a norma culta e a linguagem comum, sem ser considerada inculta.

Nas codificações fonológica e gramatical, especialmente as fronteiras se atenuam, com frequência, entre as falas dos cultos e semicultos, no colóquio ordinário ou de âmbito familiar.

Só mediante a pesquisa científica poderemos estabelecer com precisão aludidas distinções, traçar, a respeito, aquilo a que Rona denominou de “isoglossas verticais”, pois divergência sensível ocorre apenas, flagrantemente, entre a pronúncia dos analfabetos, rural e urbana, e a dos cidadãos cultos, em determinados elementos da língua, que já foram antes mencionados, devendo notar-se, contudo, que muitas formas plebléias são arcaísmos, isto é, formas portuguesas antigas, chegadas ao Brasil com os primeiros colonizadores e conservadas entre os incultos devido à falta do intercâmbio sociocultural, em condições especiais do isolamento geográfico, durante séculos.

E não é sem certo constrangimento que se poderá rotular de culta a pronúncia coloquial e familiar, mesmo de pessoas instruídas de Fortaleza, Capital do Estado, que, como os incultos, suprimem os fonemas consonantais |r| e |s| nas desinências verbais e nominais; cometem na fala normal metaplasmos e figuras de sintaxe proscritos da norma acadêmica e, mesmo, da nacional ou local em outras áreas linguísticas brasileiras.

A investigação de cunho sociolinguístico para adquirir, no caso, verdadeira categoria científica não poderá dispensar a quantificação, o uso de critérios estatísticos ou quantitativos para certo número de parâmetros, a fim de medir a extensão e o grau de distanciamento da norma acadêmica, em amostras de vários setores da população de Fortaleza, cujos membros pertencentes a níveis ou estratos sociais diferentes, não são considerados localmente como “pessoas que falam errado” ou cuja fala seja incluída na norma inculta, no sentido de Coseriu.

Os estudos que, em Antropologia Cultural, se fazem atualmente sobre “níveis intermediários” na esfera socio-

cultural, nos levam por analogia no sentido heurístico, não dos objetos-temas, a pensar em investigação congênere no plano linguístico, em Estados como o Ceará e cidades semelhantes a Fortaleza, buscando apoio para a verificação de “normas” que se não podem definir exatamente como “cultas”, embora não se identifiquem em aspectos fundamentais com as “normas” incultas. Exercer-se-á, deste modo, a investigação intradiassistematicamente e diante da norma preceptiva, em um plano que requer muita sutileza e conhecimento da sociodialetoлогия nacional.

A esses tipos de fala julgamos não caber perfeitamente a designação de “cultas”, se analisada a linguagem dos seus usuários do ponto-de-vista das codificações fonológica e gramatical e respectivas decodificações por indivíduos de níveis superiores na hierarquia diastrática.

É evidente — segundo já referimos — que não se logrará, de ordinário, perceber indícios de verdadeiro “ideal de língua”, quanto ao falar comum dos cearenses considerados dentro da “norma culta”, o que não nos parece ocorrer exatamente em outras áreas linguísticas brasileiras.

Cumprе observar que aí poderão ser registadas sanções sociais mais rígidas sobre a elocução das pessoas cultas o que acarretaria, sem dúvida, da parte dos falantes, no próprio colóquio normal, certa preocupação em falar correto.

Não nos cabe aqui aprofundar o tema das origens capazes de explicar essa despreocupação um tanto “vulgarista” dos falantes cearenses, mesmo de Fortaleza, na elocução natural, sem afetação, no colóquio ou no ambiente familiar.

Anotamos, todavia, que na fala cuidada da oratória ou em certas ocasiões especiais, fora do âmbito familiar e ocupacional, poderá algum cearense culto esmerar-se em “falar certo” ou “falar bonito”, imitando, às vezes, a pronúncia carioca ou sulista e/ou pronunciando segundo a norma preceptiva. O seu ideal de língua estaria fixado, então, em elementos da linguagem consoantes à norma acadêmica e da linguagem culta da antiga Capital do País, de

modo que, em relação aos falantes cultos cearenses, nessas circunstâncias de fala, seriam as normas culta carioca e/ou a acadêmica as verdadeiras “normas sociolinguísticas”, de aceção de Rona. Não obstante — deve notar-se — ao buscar a pronúncia correta em circunstâncias solenes de fala, em “situações formais”, para usar os termos de Bright, o falante culto cearense sente que não está expressando cabal e fielmente os valores linguísticos do signo mentado. Que a mensagem emitida perde em espontaneidade, não parece apresentar os mesmos graus e cunho de autenticidade expressiva. E os decodificadores pertencentes à mesma comunidade linguística também hão de sentir a codificação fonológica como artificial, elaborada conscientemente.

Em particular no caso de **bulím** não será sem certo esforço, ou mesmo constrangimento íntimo que se emitirá em qualquer situação as pronúncias **bôlíu** (i tilado) e **bôlínhu**. Com **lavãdêra** e **Kabôkím** o esforço será menor talvez, por motivos que não nos cabe aqui esclarecer, ao substituir essas pronúncias pelas relativas ao ideal e ao subideal linguísticos: **lavadeira** ou **lavadêra** e **Kabôklíu** (i tilado) e **Kabôklínhu**.

Para os que se expressam com naturalidade, dentro da norma culta local, os signos procedentes de outras normas, que aqui se definem, aliás, pelos respectivos significantes, são como signos independentes, pois a mensagem vai emitida sem que os falantes atentem para as conotações semânticas, as relações que existem com os significados próprios dos termos de que são derivados metafóricos.

Deve tentar-se aqui a quantificação com o objetivo de penetrar a dinâmica linguística, de modo menos subjetivo e conjectural. Escolhendo-se por amostragem indivíduos pertencentes às novas gerações, poder-se-ia verificar se já se observa, em que sentidos e em que grau, o uso regular, na fala corrente, de novas formas ou elementos da língua copiados da “norma acadêmica”, assim como das normas cultas carioca ou sulista em geral.

Além de certo número de sinônimos em substituição aos de “acento provinciano”: **moringa** por **quartinha**, **abóbora** por **jerimum**, **venda** por **bodega**, **aipim** por **macaxera**, **xarque** por **carne do sul** ou **jabá**, **bala** por **bolinha**, **carregador** por **carreteiro**, **mendigo** por **esmoler**, e tantos outros, devem ser observados fatos ocorrentes no domínio fonológico como o fechamento das vogais pretônicas, a pronúncia das consonâncias | r | e | s | nas desinências verbais e nominais, ou do digrama | nh |, a exemplo das formas **bãna**, **vergõna**, **Kõtenha**, **paçarínu** em lugar de **bãya**, **vèrgõya**, **kõtêya**, **paçaríu** (i tilado), ou ainda do fonema | l | em posição final de sílaba **Kaskavéu**, **saugádu**, **bãnáu** por **kaskavel**, **salgádu**, **banal**, etc., etc.

Bem assim, fatos morfológicos e sintáticos merecem reparo como os que a seguir destacamos: ênclise pronominal no início das orações: **dê-me o livro** por **me dê o livro**; ausência do pleonasma da negação preverbal ou da posposição da negação em orações responsivas, diferente do falar cearense, onde se registam os seguintes diálogos: “Você vai amanhã?” — “Acho que não vou, não” e “Você quer o livro?” — “Quero não”. Cite-se ainda o uso de **acolá** por **ali**, como frequente impropriedade de linguagem, no colóquio cearense.

Neste ponto de nossas considerações, devemos-nos reportar à influência crescente da instrução intelectual, do conhecimento das regras gramaticais ou do “falar correto”, obtido através da difusão da escolaridade e do melhoramento do ambiente cultural.

Sob esse aspecto especialmente caberia a verificação das novas formas, as “adquiridas” entre universitários e jovens de cultura superior. Mas também não se deverá desprezar o acréscimo dos meios de comunicação, a maior frequência dos contactos sociais com indivíduos de pronúncia considerada mais bonita ou mais correta, quer seja diretamente, dada a maior facilidade dos meios de transporte, em nossa época, quer seja indiretamente, através do rádio,

da televisão, etc. Neste último caso, os critérios de medição ou quantificação poderão abranger certo número de indivíduos de níveis intelectuais mais baixos do que os considerados anteriormente, como o pessoal da imprensa falada, os viajantes comerciais, etc.

Os graus de **homogeneidade** e **heterogeneidade** dentro de níveis socioculturais em relação às normas de fatos linguísticos que neles ocorrem, chamam-nos a atenção, quando se trata de falantes como os da Capital cearense em virtude de certos fatores de interesse sócio-econômico, de longe observados por sociólogos como Lynn Smith e outros.

(40)

Não se deve esquecer de verificar também a influência da elocução popular sobre a norma culta local, como reflexo dessa fácil elevação do homem comum a posições de relevo e da irregular escolaridade, antes ocorrida na região, durante séculos, nessa população que fora de baixo nível étnico e cultural.

A quantificação poderá ser realizada a propósito, confrontando-se a fala de indivíduos pertencentes aos mesmos níveis ou estratos sociais, na Capital do Estado, onde será mais plausível a busca da "heterogeneidade" cultural.

Os fatos linguísticos que se procurarão ouvir serão aqueles que se conhecem como mais denunciadores da oposição norma culta/vulgarismo. Por exemplo, pessoas residentes no mesmo bairro ou rua, que se consideram pertencentes a idêntico nível social, poderão ser investigados sobre os mesmos fenômenos de ordem fonológica, gramatical ou lexicológica.

Procura-se, assim, captar com menos insegurança ou maior objetividade, a frequência, o grau e a medida em que se efetuam as possíveis variantes. E, destarte, poder-se-á obter dados mais precisos que permitam vislumbrar a ocorrência de "níveis intermediários" de norma, de procurar delimitá-los e defini-los, analogamente ao que se vem encontrando no plano antropológico após a bem cuidada

localização dos grupos humanos, a estudar socioculturalmente. (41)

Vimos que se sugeriu o recurso à quantificação, aos critérios estatísticos, não só nos casos mencionados nesta última parte do nosso trabalho, mas em vários outros pontos do mesmo. Cremos não nos haver excedido, a propósito, pois como bem acentua Y. Lebrun — “a estatística é particularmente útil no estudo dos fenômenos linguísticos que implicam uma escolha da parte do locutor, que, para exprimir uma idéia determinada, tem de escolher entre dois (três, quatro...) signos. Aí, onde vários elementos linguísticos estão em concorrência, um estudo quantitativo se impõe”. (42)

O objeto das nossas tarefas centraliza-se permanentemente na linguagem, de modo que a estatística ou as matemáticas constituem apenas um instrumento que nos permitirá agir com mais precisão e objetividade na investigação, o que não implica um desconhecimento de nossa parte quanto aos perigos a que se acha sujeita a análise quantitativa dos fatos.

Efetivamente, todo o cuidado devemos ter, ao empregar esse útil método de estudo, a fim de evitar — conforme as expressões do próprio Lebrun — dois erros capitais: “tomar por significativas diferenças que não o são e extrapolar ilegitimamente, ou seja, tomar como representativa uma amostra que não forneça necessariamente uma imagem precisa do conjunto”. (43)

Aquilo a que Labov denomina “metodologia do levantamento”, encerra, de fato, dificuldades, mormente da parte dos informantes, da qualidade da fala que eles emitem no curso da entrevista. Isso procurou solucionar o linguista norte-americano, ao aplicar a quantificação ao estudo do inglês *standard*, na cidade de Nova Iorque. (44)

Antes do mais, porém, devemo-nos certificar se nas propostas de aplicação dos critérios estatísticos, comparando diferentes elementos da linguagem, sempre dispomos de

“um ponto de comparação”, ainda que advindo de pesquisas não quantitativas. (45)

Em conclusão, quais as metas mais importantes a que se pretende alcançar após os resultados das aludidas investigações?

Antes do mais — repetindo o que já se frisou tantas vezes — captar em uma sociedade que se supõe em transformação sócio-econômica e cultural, a dinâmica da linguagem, propondo o recurso a processos de investigação, que podem fornecer a respeito, dados menos imprecisos e subjetivos.

Tentaremos explicar, resumindo à medida do possível.

Numa comunidade como a de Fortaleza — centro de nossas indagações — devemos anotar alguns fatores que, certo, influirão na mudança sociocultural. Daremos ênfase apenas a dois: a) o contínuo êxodo das populações rurais para a Capital do Estado, com a indiscutível permanência do “complexo rural — urbano”, caracterizado pelos seus elementos reais e ideais (valores); b) a mobilidade social vertical, relativamente fácil, dos seus integrantes.

Alicerçada sobre núcleos rurais, devido a contingências geo-econômicas particulares, a sociedade cearense como um todo não recebeu significativa escolaridade no passado, faltando-lhe também grau ponderável de contacto ou intercâmbio sociocultural com alienígenas, tanto interna como externamente.

De alguns anos a esta parte, contudo, sob o impacto de crescente urbanização e industrialização, os habitantes da Capital do Estado devem ter sofrido alterações na sua vida afetiva, na própria escala de valores e nos interesses imediatos, não se podendo deixar de referir a modificação operada na vida familiar, em que se vai registando quase completo desaparecimento da família patriarcal, de origem campestre, e sua substituição pela família nuclear. Observem-se ainda as transformações, sociais e culturais, que podem decorrer de um mais elevado índice coletivo de

disseminação educativa e do desenvolvimento do nível cultural no centro urbano, ocorridos recentemente bem assim, o acréscimo das vias de comunicação humana, seja diretamente, mediante o formidável incremento dos meios de transporte e navegação; seja indiretamente, através do cinema, do rádio da televisão, etc.

Com vistas a auscultar a **homogeneidade** e a **heterogeneidade** na fala dos níveis sociais, poderão ser encaminhadas as investigações linguísticas sobre o “desempenho” da comunidade fortalezense em três sentidos principais:

1) substituição ou alteração da “marca da ruralidade”, considerada até hoje vigorante, no caso de orações como “o tempo está bonito hoje”, em que **bonito** apresenta significado oposto ao dos léxicos; e talvez de outras formas expressivas cuja ocorrência deverá ser pesquisada e analisada (fixem-se, por enquanto, para estudos posteriores, as locuções **mandar a roupa pro rio** (mandar lavar a roupa), **ir ao mato** (ir defecar) e **jogar no mato** (jogar, atirar fora), etc.

2) mudanças na fala corrente local, ou em alguns dos seus elementos, sob a influência de normas estranhas mais prestigiosas no âmbito nacional, e/ou da norma preceptiva;

3) presença de **níveis intermediários de fala**, ocorrentes em virtude de encontrar-se, no meio citadino, fácil mobilidade social no sentido vertical, bem assim, incompleto desprendimento da língua e da cultura de **folk** por parte de certos indivíduos, em que se observa atualmente discórdância entre o elevado **status** sócio-econômico, a que atingiram na cidade, e os seus graus de instrução intelectual e padrões culturais, que não correspondem, exatamente aos da **elite** urbana. Esses níveis intermédios devem ser pesquisados, analisados e delimitados convenientemente.

É escusado dizer que, em nossas indagações linguísticas, jamais nos volvemos para aqueles planos em que Chomsky ou os estruturalistas em geral situam o problema

da aquisição da linguagem, ou seja, para qualquer sistema subjacente à fala (*parole*).

Interessa-nos apenas o uso do “código de símbolos” no contexto sociocultural respectivo. Melhor dito os tipos de linguagem de que fazemos uso para nos expressar de acordo com as normas do nível social e cultural a que nos incorporamos. Para nós sempre serão válidas estas expressões de Jespersen: “a história linguística de cada indivíduo é a história de sua socialização linguística”. (45)

A linguagem que mantém a tradição oral do grupo, a que concorre para sua estabilidade cultural e linguística é, sem dúvida, esta que recebemos dos que nos cercam na infância, e que se vai desenvolvendo no convívio diário com os do mesmo grupo ou estrato social.

Esta é linguagem transmitida, aprendida inconscientemente e que, não obstante, poderá ser modificada no curso da vida mediante a educação e o intercâmbio sociocultural. O fenômeno da mudança linguística que, aliás, deverá ser anotada tanto em relação aos significantes como aos significados, não poderá ser examinado isoladamente. Como no estudo da cultura, acha-se, pois, situado em contraste com o fenômeno oposto, o da estabilidade, do conservantismo, da resistência à mudança.

A fim de funcionar eficientemente — observa Garvin — toda língua — padrão deve ser estabilizada por codificação apropriada, porém, ao mesmo tempo, deve ser bastante flexível na sua codificação para permitir modificação concomitante com a mudança cultural (47). “Essa estabilidade flexível”, discutida por Mathesius como propriedade ideal, é que devemos procurar discernir se ocorre, em que grau e de que modo se processa, em nossa linguagem frente à cultura.

Enfim, na realização de nossas pesquisas cremos ser necessário considerar aquele “modelo de seis estágios na aquisição da totalidade do inglês falado”, que constrói Labov, em relação à comunidade de Nova Iorque: a gramá-

tica, básica, o vernáculo (o mais importante do ângulo da evolução da linguagem), percepção social, variação estilística e o **standard** consistente. Nos três primeiros níveis prevalecem as influências linguísticas dos pais, depois a dos grupos de amigos e companheiros mais próximos; as modificações de fala na direção de um **standard** de prestígio nas situações formais, ou mesmo, em certo grau, na fala casual, só começam no quarto estágio. (48) Evidentemente, as condições sociais, culturais, educacionais, na comunidade de Fortaleza estabelecem diferenciações no modelo de Labov, quanto à distribuição etária e mesmo na ocorrência psicolinguística dos níveis apresentados.

* * *

Observação — Deixamos de usar as notações fonéticas convenientes, pela falta de matrizes na tipografia onde imprimimos o presente trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Rona, J. P. — NORMAS LOCALES, REGIONALES Y UNIVERSALES EN LA AMÉRICA ESPAÑOLA — Congreso Internacional de Lengua y Literatura Hispano — Americanas — Salta — janeiro de 1973 — p. 12 (mimeografado)

Id. Ib. loc. cit.

Hymes, Dell — THE SCOPE OF SOCIOLINGUISTICS — In "Sociolinguistics: Current Trends and Prospects" (23 rd Annual Round Table) — Georgetown University — Number 25, 1972 — Washington — p. 324.

Id. Ib. pp. 315-316.

Halliday, M.A.K. — FUNCTIONAL DIVERSITY IN LANGUAGE AS SEEN FROM A CONSIDERATION OF MODALITY AND MOOD IN ENGLISH — Ap. Hymes, Dell — op. cit. — p. 329.

Rona, J. P. — LA RELATIVIDAD DEL BILINGÜISMO Y SU REALIZACION SOCIAL — “Simpósio sobre Sociolinguística y Planificación Lingüística” — México, junho 1973 — p. 5 (mimeografado)

Bally, Charles — EL LENGUAJE Y LA VIDA — Ed. Losada — Buenos Aires, 1941 (trad. espanhola por Amado Alonso) — **passim**

Seraine, F. — ENSAIOS DE INTERPRETAÇÃO LINGÜÍSTICA — Cadernos de Cultura 4 — Fortaleza, 1954 — pp. 4-5

Id. Ib. pp. 9-10.

Pompeu Sobrinho, T. — HISTÓRIA DAS SÊCAS (séc. XX) — Editora A. Batista Fontenelle — Fortaleza, 1953 — **passim** — Alves, Joaquim — HISTÓRIA DAS SÊCAS (sécs. XVII a XIX) — Ed. do Instituto do Ceará — Fortaleza, 1953 — **passim**.

Guizzetti, G. F. — LA ANTROPOLOGIA CULTURAL COMO CIENCIA UNIFICADA FRENTE A LA TEORIA DE LOS NIVELES CULTURALES — Universidad Nacional del Litoral — Santa Fé, 1963 — p. 44

Redfield, R — Ap. Guizzetti, G. F. — Op. Cit. — p. 35

Guizzetti, G. F. — OP. CIT. — pp. 63-64.

Bally, Charles — OP. CIT. — pp. 163 e segs.

Smith, H. L. — A LÍNGUA E O SISTEMA TOTAL DE COMUNICAÇÃO — In “Aspectos da Linguística Moderna” — Ed. Cultrix — S. Paulo 1972 (trad. port.) — pp. 95 e segs.

Coseriu, E. — LES STRUCTURES LEXÉMATIQUES — In “Probleme der Semantik” hg. von w. Theodor Elwert — Wiesbaden, 1968 — pp. 3-4

Bally, Charles — OP. CIT. — p. 25

Carroll, J. B. — LINGUAGEM E PSICOLOGIA — In “Aspectos da Linguística Moderna” — cit. p. 168

Head, Brian F. — O ESTUDO DO “R-CAIPIRA” NO CONTEXTO SOCIAL — In “Panorama da Sociolinguística” — Rev. de cultura VOZES — n.º 8 — Petrópolis — R. J. — outubro 1973 — p. 646

NORMAS LOCALES, REGIONALES, NACIONALES E UNIVERSALES cit. p. 16

Id. Ib. — p. 4

Alvarenga, Oneyda — MÚSICA POPULAR BRASILEIRA — Ed. Globo — Porto Alegre, 1950 — pp. 85-86.

Cohen, Marcel — LE LANGAGE — Editions Sociales — Paris, 1950 — p. 124 — V. también POUR UNE SOCIOLOGIE DU LANGAGE — Ed. Albin Michel — Paris, 1956.

Id. — LE LANGAGE cit. — p. 121.

Catford, J. C. — J. R. FIRTH E OS LINGUISTAS BRITÂNICOS — In “Aspectos da Linguística Moderna” cit. — p. 228 e segs.

Rona, J. P. — LA RELATIVIDAD DEL BILINGUISMO — cit. — p. 9

Carroll, J. B. — LINGUAGEM E PSICOLOGIA cit. — p. 166

Rona, J. P. — NORMAS cit. — p. 10

Seraine, F. — OP. CIT. — p. 44

Id. Ib. — p. 32

Bally, Charles — OP. CIT. — p. 136

Henry, Victor — ANTINOMIES LINGUISTIQUES — Ap.
Bally, C. — OP. CIT. p. 165.

Bally, Charles — OP. CIT. — p. 194

Chomsky, N. — LINGÜÍSTICA CARTESIANA — Editora
Vozes — Petrópolis, 1972 (trad. port.) — pp. 86 e
passim. LINGUAGEM E PENSAMENTO — Vozes —
Petrópolis, 1971 — passim. V. também Lenneberg,
E. H. — A CAPACIDADE DE AQUISIÇÃO DA LIN-
GUAGEM — In “Novas Perspectivas Linguísticas” —
Edit. Vozes — Petrópolis, 1971 — 2.^a ed. — pp. 55-92

Cazden, C. B. — LANGUAGE SOCIALIZATION — In
“Sociolinguistics: Current Trends and Prospects” cit.
— pp. 348 e segs.

Rona, J. P. — NORMAS cit. — p. 5

MEMÓRIA SOBRE A CAPITANIA DO CEARÁ ESCRITA
PELO SARGENTO-MOR JOÃO DA SILVA FELJÓ
— Tomo Especial da “Revista do Instituto do Ceará —
Fortaleza, 1924 — pp. 180 e 181.

Seraine, F. — ASPECTOS HISTÓRICOS DA LÍNGUA
NACIONAL NO CEARÁ — In “Rev. do Inst. do Cear-
rá” — Fortaleza, 1944 — p. 63

Coseriu, E. — SISTEMA, NORMA Y HABLA — Monte-
vid-u, 1952 — p. 44 e passim.

Lundberg, G. A. — TÉCNICA DE LA INVESTIGACIÓN
SOCIAL — México, 1949 (ed. espanhola) — pp. 176
— 177 e 194 — 195.

Kurath, Hans — ALGUNS ASPECTOS DA HISTÓRIA
DA LÍNGUA INGLESA — In “Aspectos da Linguís-
tica Moderna” cit. — p. 79

Linn Smith — SOCIOLOGIA DA VIDA RURAL — CEB
— Rio de Janeiro, 1946 (trad. port.) — pp. 528 e segs.

- Guizzetti, G. F. — OP. CIT. — pp. 63-64.
- Lebrun, Yvan — LINGUISTIQUE QUANTITATIVE —
In “Statistique et Analyse Linguistique” — Paris, 1966
— p. 105
- Id. — OP. CIT. — p. 107
- Labov, W. — ESTÁGIOS NA AQUISIÇÃO DO INGLÊS
STANDARD — In “Sociolinguística” cit. — pp. 52 e
segs.
- Evrard, E. — ÉTUDE DES DIALECTES BANTOUS —
In “Statistique et Analyse Linguistique” cit. — p. 91.
- Jespersen, O. — In “Journal de Psychologie” — 1927 —
pp. 578 e segs. — Ap. Delacroix, H. — EL NIÑO Y
EL LENGUAJE (versão espanhola) — El Ateneo —
B. Aires, 1945 — pp. 96-97.
- Garvin, P. L. e Mathiot, M. — OP. CIT. — pp. 121-122.
- Labov, W. — OP. CIT. — pp. 66-67.